

O PORTUGUÊS não é um jornal, é um ministério, dizia, não há muitos dias, *A Revolução*. Hoje também já não é um ministério, é uma academia. *O Português* incomoda-vos, e por isso vós lhe concedeis que seja tudo menos o que vos não convém, menos o que ele é na realidade, menos um jornal político com o seu credo bem definido, com a sua bandeira de progresso bem levantada, com os seus princípios claros, com as suas tendências práticas, com as suas ideias realizáveis.

A Revolução diz que n' *O Português* cada sócio profere o seu discurso, sem procurar saber se os improvisos da sua eloquência estão em contradição com as opiniões de algum colega. Provai o que haveis asseverado. *O Português* não recua perante as vossas acusações. A sua posição é isenta e livre de conveniências que possam entorpecer o voo ao seu pensamento e tolher a manifestação da sua ideia. Aonde vê uma incriminação ou uma censura vai levantá-la e discuti-la para responder devidamente aos seus adversários. À discussão, senhores, à discussão, que é o nosso campo, que é o nosso elemento, que é a nossa bandeira. Temos pugnado por todas as liberdades e por todas as garantias; e por isso nos comprazemos em usar da liberdade ampla de discussão, que é a liberdade mais preciosa e a garantia suprema, porque é a salvaguarda de todas as garantias e todas as liberdades. Prezamo-la tanto que não a quereríamos ver sacrificada a nenhum outro princípio, nem glorificamos, como outros, os Bravos-Murillos que ousaram atentar contra ela, com o pretexto hoje tanto em voga

de promover esses melhoramentos materiais que estão sendo a contra-senha dos reaccionários e dos políticos sem princípios.

É *A Revolução* quem acusa os redactores de *O Português* de serem divergentes entre si de ideias e escola política! *A Revolução*, que vive em guerra consigo mesma! *A Revolução* onde acampam debaixo da mesma tenda os prosélitos do socialismo e os sectários da escola economista! Onde o *libre-echangista* descabelado dá a mão ao moderado proteccionista! Onde se proclama que o país é esmagado pelo imposto, e amanhã se demonstra que o país deve pagar mais! Onde se acusa um dia um Governo que ousou tirar ao banco a posse do Fundo de Amortização, e amanhã se endeusa outro que lhe tira a posse e a propriedade!

Não vos acusamos por isso. Tendes como todos o direito de mudar de opinião e de variar de sistema. Chamai na hora do perigo novos combatentes, embora divergentes em certos pontos de doutrina, mas coligados na intenção meritória de defender um Ministério que vos agrada. Usais de um direito que ninguém pode contestar-vos. Mas, quando vos erigis em censores e esboçais o vosso retrato querendo pintar os adversários, concedei que vos apontemos para as feições mal disfarçadas e que vos mostremos que não fizestes mais do que desenhades as próprias fisionomias.

As nossas teorias aí estão exaradas em mais de trinta números. Não temos sido avaros na sua exposição. Não escondemos detrás de um nome genérico e pouco definido a deficiência das próprias doutrinas. Não dissemos: somos democratas, ou conservadores, ou socialistas, ou ordeiros, ou doutrinários. Expusemos os pontos principais do nosso credo. Produzimos os nossos princípios, e temos desenvolvido, quanto cabe nas dimensões de um jornal e no pouco tempo da nossa existência, e nos pontos a que temos dedicado a análise, as ideias implícitas na profissão da nossa doutrina.

Que o país seja governado pelo país é a nossa divisa. Como realização deste princípio, temos pugnado pela verdade do sistema parlamentar, apesar do descrédito a que a reacção europeia o tem levado no continente; temo-nos esforçado por incutir aos nossos concidadãos a ideia de que só nele sinceramente respeitado pode estar a nossa marcha segura no caminho do progresso. Por isso temos pelejado contra os

que, a troca de promessas de melhoramentos materiais, fecharam os olhos aos atentados dirigidos contra o dogma essencial das nossas crenças políticas. Por isso temos fulminado os escândalos, as malversações eleitorais, os diplomas de representante da nação passados por portaria, e o desprezo calculado dos princípios parlamentares erigido em sistema pelo Governo actual. Por isso pugnamos pela extensão do sufrágio a todos aqueles a quem a conferem a letra e o espírito do nosso código político, sofismados sempre por Governos mesquinhos e acanhados, em benefício da restrição eleitoral, e para facilidade da corrupção necessária aos governos impopulares.

Quanto à parte moral do nosso sistema político, temos justificado o nome de espiritualistas com que nos designastes. Acreditamos na justiça como verdade absoluta, pela qual as sociedades humanas vão procurando aferir os seus actos à medida que se aperfeiçoam. Acreditamos na razão humana, indagadora das leis do justo, como fonte da soberania. É por isso que queremos a verdade do Governo representativo, que proporciona à razão os meios de se produzir e manifestar pela discussão, de ser consagrada pela eleição, e de reduzir constantemente o poder de facto à soberania de direito pelo processo das fórmulas constitucionais. Por isso, afirmando a harmonia da utilidade social com a justiça absoluta, derivamos aquela desta, e não acreditamos que nos possam vir bens reais e duradouros da quebra dos princípios nem que da injustiça se possa seguir o progresso, nem que os fins devam santificar os meios, nem nenhuma das máximas ateias e desmoralizadoras que o cepticismo tem tantas vezes pretendido introduzir no mundo político.

Mas, para que o sistema representativo seja uma realidade, para que a eleição, na base essencial, não seja uma vil comédia, para que as garantias sociais não sejam letra morta, sepultada nos artigos virgens do código da nação, para que o princípio de que o país deve ser governado pelo país seja uma realidade, queremos que a vida política seja levada a todas as extremidades do corpo da nação. Queremos que a vida local seja uma realidade, para que o Governo central possa representar o pensamento do país. Detestamos todas as tiranias, seja qual for o nome com que se disfarcem, seja a tirania dos reis contra os povos, dos privilegiados contra a plebe, da capital contra as pro-

víncias, de uma facção contra o país ou de uma oligarquia de especuladores políticos contra a totalidade dos cidadãos. Por isso detestamos a exageração centralizadora da França e de todos os países que a imitam, centralização cujos deploráveis resultados estamos vendo, e que é a negação viva do progresso, porque em vez de conduzir os povos ao melhoramento sucessivo, não faz senão arremessá-los às cegas entre a anarquia e o despotismo. Posto que menos fatal num país pequeno como o nosso, a centralização administrativa não deixa de ser hoje entre nós exagerada. E nós não deixaremos de pugnar pela sua prudente modificação, para que obtenhamos a realização das nossas doutrinas, e a verdade e a força das instituições liberais, cujo reflexo, embora pálido, e mesmo através destes e de mil outros embaraços, tem produzido no nosso país mais de um efeito salutar.

Nós não filiamos o progresso nas tradições centralizadoras da monarquia absoluta. Respeitamos a centralização de dois ou três séculos antecedentes como um facto histórico e providencial, cujos resultados foram uma certa uniformização de costumes para os povos de uma mesma nação. Hoje as condições são diferentes. Quando, por causas que aqui não é preciso nem possível desenvolver, o povo abdicou dos seus direitos e deixou usurpar as suas garantias, a monarquia, que já havia abatido a nobreza, pôde exercer sem contestação o poder despótico, e a centralização foi a consequência inevitável deste facto. Hoje o povo lembrou-se que tinha direitos; tem lutado há sessenta anos e tem conseguido que eles sejam consignados nas instituições políticas de uma grande parte dos países da Europa. Não terá ele desejos de os ver realizados? Não terá ele direito de se administrar a si próprio, quer viva na capital ou nas províncias, como sucede nos países em que a liberdade, caminhando a par do progresso e do engrandecimento nacional, é uma realidade? A marcha social para o aperfeiçoamento não se interrompe; mas a ideia progressiva e civilizadora não caminha de frente em todos os países, antes costuma escolher em cada século ou período diferente uma nação que a represente, então depositária do fogo sagrado, às vezes em oposição com o pensamento e as ideias do resto do mundo. Nós não nos envergonhamos de procurar as tradições da nossa escola nos países clássicos da liberdade, nos países municipalistas e não centralizadores, chamados a Inglaterra e os Estados

Unidos da América, antes do que nas teorias dos reis de Paris, reis da rua ou reis do palácio, reis pela anarquia, reis pela tradição, reis por emboscada, reis ou imperadores pelo sufrágio universal.

Estas são as nossas doutrinas políticas. Mostrai-nos a contradição dos princípios. Demonstrei por onde peca o sistema.

As teorias económicas que temos sustentado não são menos positivas nem menos conhecidas. Voltaremos à sua exposição sucinta num artigo só dedicado à refutação das vossas aventureiras asserções sobre a questão da *redução dos juros* e do imposto.

Como é que vós provaís a nossa contradição? Não desfiguramos as vossas opiniões, nem mutilamos os vossos raciocínios. Não temos, como vós, nos próprios arraiais, mestres insignes dessa ginástica argumentativa. *A Revolução* expressa-se deste modo: *É o emblema* (O Português) *da descentralização intelectual. O progresso anda a par do municipalismo, e os que não querem onerado o capital senão o menos que ser possa, dão a mão aos que proclamam a igualdade perante o imposto, máxima essencialmente democrática e da escola igualitária, a que nós pertencemos.* A proposição é clara, não precisa de comentários nem explicações. Quis-se inculcar que éramos contraditórios, porque uns de nós defendem o progresso, outros o municipalismo, uns querem onerado o capital o menos que ser possa, outros proclamam a igualdade perante o imposto. Ora quando nos tiverdes provado, e a tarefa não é suave, que se não pode proclamar conjuntamente o municipalismo e o progresso, defender a igualdade do imposto e querer que o capital seja onerado o menos que ser possa, tereis demonstrado as nossas contradições flagrantes. Enquanto o não fizerdes, permiti que continuemos a ser ao mesmo tempo progressistas e municipalistas, e a querer o imposto igual e o capital pouco onerado.